

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL JOSÉ ANTÓNIO BARROS, NA CERIMÓNIA DE LANÇAMENTO DO “MANUAL DE REDUÇÃO DE CUSTOS”, NO RESERVATÓRIO DA MÃE D’ÁGUA DAS AMOREIRAS, NO DIA 11 DE SETEMBRO DE 2009, EM LISBOA.

Foi com todo o gosto que aceitei o amável convite para estar aqui, na apresentação deste Manual de Redução de Custos. São iniciativas simples, como esta, que muitas vezes fazem a diferença entre o sucesso e o insucesso de complexas e difíceis medidas da acção governativa.

Um dos aspectos em que este Governo apostou fortemente e, devemos reconhecê-lo, com sucesso, foi a simplificação administrativa, através de medidas que sempre apoiámos. É neste âmbito mais vasto que se enquadram as medidas de desformalização dos actos notariais e registrais, com recurso frequente à utilização de meios informáticos. Também aqui, a AEP tem colaborado activamente, tendo participado, primeiro, na Comissão para a Simplificação da Actividade Notarial, instituída em finais de 1999 e, mais recentemente, desde 2005, na Comissão de Desformalização, dirigida pelo Senhor Secretário de Estado da Justiça. Foram muitas as propostas, os pareceres, os comentários e também as críticas com que contribuímos para os resultados alcançados.

Mas não basta legislar, criar processos simplificados, pôr em funcionamento aplicações informáticas. É necessário fazer chegar aos utentes (cidadãos e empresas) informação prática, objectiva e clara, sobre os instrumentos de que dispõem para facilitar e tornar menos oneroso, em tempo e dinheiro, o seu relacionamento com os serviços públicos. Por isso, a AEP aceitou desde logo associar-se à publicação deste Manual de Redução de Custos, em parceria com o Ministério da Justiça e outras associações e confederações empresariais. Participámos com diversos contributos para o seu conteúdo, com a preocupação de que a informação nele contida fosse efectivamente objectiva e adequada aos seus destinatários, nomeadamente as empresas e, em particular as PME, que mais necessidade têm deste tipo de informação.

Por isso também, a AEP desenvolverá os seus melhores esforços para divulgar, junto dos seus associados, este manual, dentro do clima de colaboração franca que tem sido cultivado no seu relacionamento com o Ministério da Justiça. Fá-lo-á também porque, desde sempre, procurou estabelecer uma ponte entre as empresas e a administração pública, considerando essa função como inerente às suas responsabilidades para com a comunidade empresarial.

Foi neste mesmo espírito que acolheu, nas suas instalações, um Centro de Formalidades das Empresas e o Primeiro Cartório Notarial de Competência Especializada de Matosinhos, competências que os empresários estão habituados a ver, reconhecer e procurar nas instalações da AEP. Esta mais-valia deverá ser mantida e reforçada.

Dentro deste mesmo espírito e clima de colaboração, poderá o próximo Governo continuar a contar com o inquestionável apoio da AEP a todas as acções e medidas que venham a ser tomadas em benefício, directo ou indirecto, das PME portuguesas.